

Teatro de absurdos

José Nêumanne

JORNAL DA TARDE

Está começando a discussão da lei mais importante do Brasil, o orçamento da União para 1992. O debate começa sob o signo da desorganização, da falta de um projeto coerente para a despesa oficial e da absoluta paralisia do Poder Legislativo para a tomada de decisões, realmente, capazes de afetar a vida do País.

Os números, por si sós, são capazes de desenhar um esboço dessa paisagem de areia movediça, em que se afundam, lentamente, as instituições brasileiras. São 74 mil emendas, mesmo se considerando que, das 48 fontes de receita, apenas uma — “recursos ordinários do Tesouro” — não está enleada no conluio das obrigаторiedades constitucionais e nos gordios da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Ainda assim, parcialmente.

Houve deputado que transportou suas emendas — contadas em centenas e até milhar — em carrinhos de supermercado, na fila formada no último dia do prazo para a apresentação. O recordista conduziu cerca de 1.500. Todas, evidentemente, reivindicam obras de interesse meramente regional, uma escola primária ou um posto de saúde, nos melhores casos. Reunidas, formam um pacote de 30 volumes, a ser distribuído para cada um dos 600 parlamentares, para que votem, pelo menos, tomando conhecimento de todas. Uma autêntica Enciclopédia Britânica do fisiologismo brasileiro.

Mas, na verdade, o fisiologismo é apenas um problema, dentre muitos. O volume de papel, no qual se imprimem todas as reivindicações dos parlamentares para o orçamento nacional, é o símbolo vivo, e monumental, da paralisia que tomou conta do Poder Legislativo, neste momento de crise. As 74 mil emendas são a denúncia pesada e incômoda da ausência de um projeto nacional qualquer, dentro dos plenários da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal. Esse número significa que, neste momento, a República centenária pode ser definida por um trágico berro de “salve-se quem puder”.

Se houvesse alguma liderança numa das duas Casas de leis, esse número teria sido bastante reduzido. Pois não é necessário conhecer os trâmites de uma votação parlamentar para saber que é inteiramente impraticável a discussão, com conhecimento de causa, de 74 mil emendas. Não há sequer tempo para a leitura de todas elas, na comissão de orçamento, um mastodonte de 120 membros, e, depois, em plenário, na Câmara e no Senado.

A divulgação do número de emendas ao orçamento da União — um recorde a ser considerado pelo **Guiness Book** — sepulta, definitivamente, as ilusões de todos quantos pensaram ser os governadores os verdadeiros controladores das bancadas federais dos Estados. Se existisse tal controle, os governadores teriam reunido suas bancadas e trabalhado pela racionalização do encaminhamento de emendas, de acordo com o interesse específico de seu Estado. Isso não ocorreu. Prova-o o festival descabido de material encaminhado à gráfica do Sena-

do, na semana passada, para publicação e conhecimento dos parlamentares. Esta é, aliás, a informação que faltava ao governo, durante muito tempo iludido pela possibilidade de vir o “Emendão” à Constituição a ser aprovado por pressão dos governadores sobre suas bancadas.

O mesmo raciocínio vale para os líderes de tais bancadas. Uma só liderança partidária efetiva, seja na Câmara dos Deputados seja no Senado Federal, bastaria para evitar o recorde absurdo de emendas ao orçamento, até para a racionalização do processo de votação. O volume de emendas é a prova da ineficiência prática dos líderes partidários.

O polêmico poder exercido pelos **lobbies**, também — tudo indica —, não passa de um mito. Nenhuma entidade, representando algum setor organizado da sociedade civil, visitou o Congresso Nacional para debater o orçamento, no prazo dado para a discussão das emendas. Tais emendas, que deverão ser “apreciadas” por 66 sub-relatores, acabam, mesmo, submetidas à vontade unilateral de um homem, o relator da comissão, deputado João Alves (PFL-BA), que, já há muito tempo, cuida de destinar fartos recursos federais a pequenos municípios baianos, onde cava seus currais eleitorais.

Engessado pela Constituição e pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e viciado pelas reivindicações fisiológicas dos parlamentares com postos privilegiados em sua tramitação, o orçamento da União é a fotografia contábil do impasse sem saída, no qual se afunda a República brasileira. Trata-se da visão, sem retoques, da paisagem imobilista, em cujo quadro só prospera a perene incapacidade da sociedade brasileira de aterrar o brejo moral, onde se atolou.

Ao mesmo tempo, é o cenário adequado para o teatro de absurdos, em que se transformam, cada vez mais, as atividades política e administrativa no Brasil. A tragédia de mau gosto, encenada no Congresso Nacional, nestes dias negros para a autoconfiança nacional, bem poderia, de outro lado, servir de alerta para os brasileiros lúcidos e dignos trabalhadores, com o maior empenho possível, para uma reforma, abrangente e sem preconceitos, do sistema de representação da frágil e desinstitucionalizada democracia brasileira.

O Congresso está sempre disponível para os discursos de seus membros, choramingando contra aqueles que “difamam” o regime democrático, todas as vezes em que se dirigem críticas aos membros do Poder Legislativo. Seria o caso de se perguntar qual a responsabilidade de tais críticos no vexame incalculável provocado pelo monumental volume de papel, em processo de digestão, nas máquinas da gráfica do Senado Federal, tornando uma impossibilidade prática a discussão pelos representantes do povo do documento que autoriza o governo federal a gastar escassos e suados recursos produzidos pela sociedade.